AS DEMANDAS DO MERCADO SIGNIFICANDO PROJETO DE VIDA: PROCESSOS ARTICULATÓRIOS NO CURRÍCULO DA CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO

Eixo 3 – Educação e Políticas Educacionais

Samilly Kettlen de Albuquerque de Souza[1]
Maria Aparecida Lima dos Santos[2]

Introdução

Em nossa pesquisa[3], temos analisado a flutuação de sentidos do significante Projeto de Vida (PV) nas políticas educacionais, figurando, nas declarações mundiais, como princípio pedagógico, até se tornar componente curricular no contexto da Contrarreforma do Ensino Médio (Ferreira, 2017), instituída pela Lei 13.415/2017. Observamos particularmente os efeitos para o ensino de História dessa reconfiguração estrutural e curricular, em que PV assume o status de disciplina e induz a produção de materiais didáticos, destacando em especial as ressignificações em torno dos sentidos de docência e de conhecimento escolar.

Nesse sentido, acreditamos estar diante de um processo fundamentado na lógica de uma nova Economia Moral, que exacerba interesses pessoais e desejos individuais, depreciando o igualitarismo e o ponto de vista impessoal (Ball, 2014), e disseminando noções e conceitos empresariais de cunho gerencialista (Santos, 2023).

Apresentaremos a análise do fluxo de sentidos de PV nos documentos curriculares voltados à etapa do ensino médio, observando as articulações, disputas e decorrências nos materiais voltados ao ensino de História. Para esta comunicação, dividimos o texto em duas partes, na primeira parte abordaremos o histórico do significante Projeto de Vida considerando a sua transformação em disciplina no contexto da Contrarreforma do Ensino Médio (lei 13.415/2017), até sua efetiva supressão do Currículo de Mato Grosso do Sul como consequência das mudanças estabelecidas pela lei 14.945/2024. Na segunda parte, apresentaremos uma discussão a partir de dois documentos normativos que tecem sobre a organização curricular de Mato Grosso do Sul produzidos pela Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul (SED) em 2024 e em 2026. Para a análise dessa documentação, nos apoiaremos em uma entrevista realizada com a coordenação do setor de Ensino Médio da SED/MS (2024), objetivamos observar os efeitos para o ensino de História dessa reconfiguração estrutural e curricular, em especial as ressignificações em torno dos sentidos de docência e de conhecimento escolar.

Projeto de vida e a centralidade do sujeito individual

A partir de Silva et al (2009) entendemos o documento não como uma produção neutra, mas como o produto de uma sociedade, e, por isso, uma manifestação da disputa de interesses daqueles que detêm poder para influenciar a sua produção (Silva *et al*, 2009).

---

[1] Estudante do curso de História/Fach. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (Pibic). E-mail: samilly.albuquerque@ufms.br.

[2] Doutora em educação, docente da Faculdade de Educação (Faed), Coordenadora do Grupo de Pesquisas, Currículo, Cultura e História (GEPEH/UFMS). E-mail: maria.lima-santos@ufms.br.

[3] O trabalho integra os projetos de pesquisa "A formação de professores no contexto das políticas educacionais: a implementação e as relações entre o Novo Ensino Médio, a BNCC e a BNC-FP", com financiamento do CNPq e da Fundect, e "Currículo, escola e formação de professores: olhares sobre as políticas educacionais sulmatogrossenses", com financiamento Fundect. Ambos são financiados também pela UFMS.

Dessa forma, consideramos neste trabalho a perspectiva pós-fundacional, entendendo que os sentidos de significantes não se estabelecem de forma fixa, mas sim estão sujeitos a diferentes rearticulações. Ao observamos as práticas discursivas de documentos normativos educacionais como um palco de disputa por hegemonia, percebemos que diferentes entidades buscam articular e tornar hegemônica sua interpretação na produção de significados de palavras e termos no campo da educação, promovendo um espaço de constante disputa por sentidos (Lopes, 2014).

Em nosso trabalho, temos abordado a lei 13.415/2017 como parte de uma Contrarreforma, uma vez que está fundamentada em processos regressivos das políticas públicas de educação. A utilização do conceito surge em contraponto ao movimento de associação desse processo ao conceito de reforma, o qual frequentemente é vinculado às discussões do movimento operário (Ferreira, 2017).

A partir de investigações realizadas pela equipe de nosso grupo de pesquisa, percebemos que o sucesso da sistematização e instituição de uma disciplina chamada Projeto de Vida, assim como a implementação de toda estrutura da Contrarreforma do Ensino Médio, tem sido protagonizada pelas parcerias público-privadas (Pereira; Camargo, 2020), que, a partir da criação de institutos ditos sem fins lucrativos, permitiu a interferência de empresas privadas na educação, e consequentemente, a disseminação de um processo de adequação da estrutura da escola a partir de modelos de cunho empresariais e gerencialistas. Em Mato Grosso do Sul (MS), o sucesso dessa sistematização pode ser atribuído ao Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) (Santos, 2023), pelo qual podemos acompanhar um processo de disciplinarização do PV, através da implementação das chamadas "Escolas da Autoria".

Consideramos então a Resolução/SED N. 3.958, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio em Tempo Integral para as escolas do Programa de Educação em Tempo Integral, denominado "Escola da Autoria", da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências:

> "Art. 7o A Parte Comum do Itinerário Formativo é organizada por meio do Núcleo Integrador, que tem como finalidade o desenvolvimento de habilidades relacionadas às competências gerais da BNCC, tendo como referência didático-pedagógica a pesquisa, a interdisciplinaridade e o protagonismo estudantil, contribuindo fortemente para um ambiente escolar mais integrado, motivador e favorável à produção de conhecimentos e à efetiva promoção da aprendizagem.
> § 1o O Núcleo Integrador formado por 3 (três)composições curriculares, que se desdobram em 7 (sete) unidades curriculares, que se articulam de forma integrada e permeiam todas as áreas de conhecimento, possibilitando a consolidação de aprendizagens da BNCC e o desenvolvimento de habilidades dos Itinerários Formativos, sendo:
> a) Projeto de Vida objetiva o desenvolvimento de estudos e práticas pedagógicas como estratégia de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões socioemocional, pessoal, cidadã e profissional do estudante." (Brasil, 2021).

No documento, o significante PV aparece em uma cadeia de equivalências que lhe confere centralidade na trajetória escolar das/dos estudantes. A disciplina aparece como estratégica na construção das dimensões socioemocionais e cidadãs, além de pessoal e profissional do estudante, objetivando dessa forma atingir todas as esferas da vida desses estudantes.

Esse é um dos indícios que possibilitam perceber a filiação do projeto que fundamenta a Contrarreforma e exacerbar os interesses de grupos empresariais que vêm participando ativamente da formulação e implementação das políticas educacionais voltadas ao Ensino Médio. Essa etapa da escolaridade pode ser considerada o lugar privilegiado da produção do governo de si requerido pelo Neoliberalismo, uma vez que "considerado uma racionalidade governamental, e não uma doutrina

mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade" (Dardot; Laval, 2016, p. 34). A promoção de desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais que estruturam a Contrarreforma (no intuito de que o estudante esteja cada vez mais preparado para se adaptar às novas propostas de modelo de produção), e a construção do projeto de vida assumem uma roupagem de preparo para uma função social, nesse caso, mercadológica, revelando a utilitarismo que o fundamenta. Temos então a estruturação de um projeto de formação do sujeito neoliberal, fortalecendo a noção em que "[...] o trabalho não liberta o servo: ele continua a ser um escravo do trabalho. O sujeito neoliberal como empreendedor de si mesmo é incapaz de se relacionar livre de qualquer propósito. É a exploração da liberdade que produz o maior lucro" (Han, 2019, p. 10).

Projeto de vida e o ensino de História

A partir da Matriz curricular do Ensino Médio de Tempo Integral (40 horas - atividades presenciais) produzidas a partir da lei 14.945/2024 e vigente a partir de 2025, observa-se a recomposição da carga horária da disciplina de História. Com a saída de PV, a disciplina de História passa a ter duas horas-aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio, em contraposição ao que foi observado na reestruturação provocada pela lei 13.415/2017, quando a disciplina (chamada de componente) teve sua carga diminuída para 1 hora-aula semanal nos 1º e 2º anos.

Em entrevista realizada[4] com a coordenação do setor de Ensino Médio da SED/MS (2024), afirmou-se que a retirada se deu porque uma parte do grupo de técnicos das secretarias de educação do país, reunidos em comissão nacional para debater a questão sob os auspícios do MEC, defendida a noção de Projeto de Vida como elemento transversal ao currículo. Ao contrário disso, a proposta inicial, que foi considerada em Mato Grosso do Sul no contexto da implementação das matrizes em 2021, inseriu PV como parte de um "núcleo integrador". A técnica entrevistada afirmou que isso gerou dúvidas entre o corpo de professoras/es da Reme no cotidiano. Segundo ela, apontou-se que a falta de orientações mais claras levou a uma pluralidade de interpretações muito distintas. Esse posicionamento da entrevistada atribui centralidade à necessidade de controle dos sentidos que se atribui a PV, uma vez que a pluralidade de sentidos é o que justifica um certo estado de "confusão", aspecto que justifica a retirada de PV da matriz.

A coordenadora ressaltou também que o foco excessivo em habilidades, sem articulação com conteúdos específicos dos campos disciplinares, contribuiu para aproximar os conteúdos mobilizados em PV de uma lógica mais instrumental. Tal consideração aponta uma operação que institui um exterior constitutivo, que, gradualmente, aproxima PV dos conhecimentos científicos *stricto sensu* e expurga e o distancia da lógica instrumental. A operação discursiva realizada aqui nos dá indícios dos processos de apagamento/ocultamento operados nas políticas educacionais, que, na prática, busca hegemonizar visões particulares tornando-as universais. Ao nosso ver, a questão alerta para um movimento em que se busca por uma maior articulação das lógicas instrumentais com os conteúdos tradicionalmente ensinados na escola, explicitando, grosso modo, o acirramento da disputa em torno do *o que* ensinar. Como resultado do processo, a coordenadora apontou que houve uma mudança de abordagem: o PV deixou de existir no currículo de Mato Grosso do Sul como uma disciplina e passou a ser trabalhado de forma integrada aos projetos das áreas do conhecimento. Frente à lei 14.94/2024, isso também resultou em restabelecimento da carga horária aos diferentes componentes disciplinares, incluído o de história, aspecto que pretendemos analisar como parte do aprofundamento da pesquisa.

Muito embora haja outros elementos a serem considerados neste processo, é preciso destacar que a retirada de PV da matriz do Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) não significa a saída de

[4] Pesquisa com seres humanos autorizada sob número CEP: 6.852.513 CAEE: 69767723.0.0000.0021.

PV do currículo, uma vez que ela ainda figura como princípio pedagógico fundamental do projeto para o Ensino Médio estruturado pela equipe da SED/MS. Dessa maneira, observamos então um trecho encontrado no documento Organizador Curricular, produzido pela SED em 2026, a partir da lei 14.945/2024. Esse documento tem como objetivo produzir uma organização em bimestres considerando o prescrito pelo Currículo Referência de Mato Grosso do Sul (CRMS), fornecendo detalhamento das habilidades específicas, conteúdos e expectativas de aprendizagem que deverão ser desenvolvidas por professoras/es da rede de ensino de Mato Grosso do Sul. De acordo com o organizador voltado ao ensino de História, as habilidades a serem trabalhadas no terceiro bimestre dos 1° anos da etapa do Ensino Médio devem:

> (MS.EM13CHS106) Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, **diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais** de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, **para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva**. (Mato Grosso do Sul, 2026, grifos nosso).

Na habilidade mencionada, destaca-se o desenvolvimento de diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais justificados em razão de: "se comunicar; acessar e difundir informações; produzir conhecimentos; resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva". No recorte, percebemos a menção a aspectos comportamentais, seja na produção de conhecimento ou na comunicação. No entanto, o que chama atenção é a ênfase conferida aos termos *protagonismo* e *autoria*, que aparecem como habilidades fundamentais na resolução de problemas e no funcionamento da vida pessoal e coletiva. Esses aspectos podem apontar para um esforço em associar essas habilidades a projetos de subjetivação das individualidades, o que muito se assemelha ao processo orientado pela antiga disciplina de Projeto de Vida. Mesmo que os termos se modifiquem, é possível reconhecer o quanto alguns desses ainda permanecem ou, quando se transformam, ainda movimentam o processo de agregar sentidos e ideias para o que se deve ser ensinado na disciplina de História, sempre incentivando a promoção de valores atrelados a preparação de sujeitos e uma formação cidadã voltada ao mercado de trabalho. Segundo Han (2019), no capitalismo, torna-se necessária a manutenção de uma estrutura que manterá a ordem de sua exploração, e, dessa forma, não há como alcançar uma eficiência de resultados quando se submete o indivíduo a uma clara e direta exploração. Essa "submissão às claras" à vontade alheia cria espaço para questionamentos, uma vez que esse sujeito percebe sua liberdade prejudicada. Em função disso, o modelo capitalista de produção para se adequar às suas próprias exigências revela a face dessa otimização: a exploração auto infligida. Ao lidarmos com propostas que favorecem discursos de desempenho e produtividade na escola, pode-se compreender, a partir desse referencial que o fracasso deixa de ser uma consequência estrutural (Han, 2019). É nesse contexto que a inserção de PV não só no currículo, mas como ordenador da estrutura de funcionamento e princípio pedagógico da organização curricular, adquire centralidade.

Considerações Finais

A priori, o estudo vem trazendo elementos que apontam para o fato de que, no contexto da Contrarreforma do Ensino Médio, a trajetória de disciplinarização do PV produziu uma ressignificação da identidade docente ao levar professoras/es de História a assumirem esse componente, em meio a um cenário de disputa da carga horária e à disseminação de um discurso que valoriza conceitos de cunho gerencialista na formação das/os estudantes (Goulart; Machado, 2022). A partir de nossas investigações e considerando as reformulações oriundas da lei 14.945/2024, podemos concluir que a saída do Projeto de Vida da matriz curricular de Mato Grosso do Sul não representa o desaparecimento de seus princípios e fundamentos, mas sim apontam para um fortalecimento desse elemento no projeto ao ser assumido como "premissa pedagógica" desde sua concepção, consagrando o esforço em atribuir-lhe um papel articulador e transversal às disciplinas ditas tradicionais.

Compreendemos que a análise da documentação referida a partir da perspectiva do documento como palco de disputa e flutuação de sentidos, permite uma profunda compreensão das movimentações intrínsecas às políticas educacionais, em função de fixar qual sentido de conhecimento deve ser ensinado na escola, e por consequência, indicando qual o modelo de docente adequado para que esse conhecimento seja melhor difundido. O aparente consenso da qualidade do conhecimento que habita os conteúdos didáticos voltados ao ensino de História, por vezes ancorados em conceitos acadêmicos interdisciplinares, aponta para uma tentativa de mascarar disputas ideológicas profundas, e uma busca por estabelecer um sentido de conhecimento *para fazer algo*, revelando o utilitarismo que fundamenta este projeto (Macedo, 2016).

A pesquisa visa como próximos passos o aprofundamento das reflexões, e a análise os documentos curriculares produzidos para subsidiar o trabalho em sala de aula, tanto a partir da 13.415/2017 e a matriz curricular de 2022 (os chamados Catálogos das Unidades Curriculares); o e-book produzido pela SED/MS com "ações pedagógicas bem-sucedidas" publicado em 2023; quanto aqueles confeccionados a partir da lei 14.945/2024 (os Orientadores Curriculares). A análise possibilitará compreender mais profundamente o papel desse componente no projeto de tecnificação do Ensino Médio em Mato Grosso do Sul, uma vez que partimos da hipótese de que esse processo implica na subordinação de toda a estrutura da Educação Básica à pedagogia do Capital, procurando observar outras possíveis decorrências desse processo para a formação e a vida profissional de professoras/es de História.

Referências

BALL, Stephen John. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *In*: BALL, Stephen John; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2014. p. 21-53.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Camila Aparecida. **O componente curricular Projeto de Vida e as competências socioemocionais**: percepções de docentes do município de Três Lagoas/MS. Dissertação de mestrado: PPGE/UFMS Três Lagoas, 2023.

FERREIRA, Elisa Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº 139, p. 293-308, abr.-jun., 2017.

GOULART, Marcos Vinícius da Silva; MACHADO, José Ronaipe das Neves. Neoconservadorismo e Neoliberalismo em Ataque à Educação Pública Brasileira: Um Problema Contemporâneo. **Textura – Revista de Educação e Letras**. v. 25, n. 64, 2023, p. 335-355.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica –** o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v. 32, n. 02, p. 45-67, abril-junho 2016.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Organizador Curricular do Ensino Médio**: Formação Geral Básica - 2026. Campo Grande: SED/Coordenadoria de Ensino Médio, 2026.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução/SED nº 4.363, de 18 de dezembro de 2024. Dispõe sobre a aprovação das Matrizes Curriculares das etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio para as unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, n. 11.700, p. 50-61, 19 dez. 2024. Republicado por incorreção.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. Resolução/SED nº 3.958, de 16 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a organização curricular do Ensino Médio em Tempo Integral para as escolas do Programa de Educação em Tempo Integral, denominado "Escola da Autoria", da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, n. 10.710, p. 129-137, 17 dez. 2021.

PEREIRA, Mary José Almeida; CAMARGO, Arlete M. Monte de. O Neoliberalismo e a privatização da educação: formação de professores e a relação entre as parcerias público-privadas. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 300-316, 2020.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos. Novas gramáticas e a produção de subjetividades: sentidos de projeto de vida nas políticas educacionais para o Ensino Médio. **41ª Reunião Nacional da ANPED**. 2023..

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da, et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. *In*: **Congresso Nacional de Educação**. p. 4554-4566, 2009.

SILVEIRA, Éder da Silva, et al. Ensino médio de tempo integral no Brasil: notas sobre os contextos de influência nacional e internacional no âmbito da Lei no 13.415/2017. **Revista Pedagógica**, v. 24, p. 1-26, 2022.